

**Resolução CIRAU nº 03/2023, de 23 de março de 2023.**

Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai.

A **Assembleia Geral do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 10 do Estatuto Social do Consórcio, e considerando a entrada em vigor da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a merecer regulamentação em âmbito municipal, resolve:

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, já se encontra em vigor e que sua aplicabilidade deverá estar em plena utilização no Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai até o dia 01/04/2023;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a LEI nº 14.133, de 1º de abril de 2021 ou de acordo com as Leis Federais hoje vigentes, até o decurso do prazo de 02 (dois) anos da publicação da nova Lei de licitações e contratos administrativos;

**CONSIDERANDO** que, desde sua publicação, não é permitido utilizar a Lei nº 14.133/2021 e demais vigentes que tratam de licitações e contratos de forma combinada;

**CONSIDERANDO** o dever da Administração Pública de garantir a transparência dos atos praticados até a efetiva implementação e integração do Portal Nacional das Contratações Públicas com o Sistema de Aquisições utilizado no Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reconhecimento quanto à responsabilidade atribuída ao agente de contratação, bem como a comissão de contratação e ainda a imprescindibilidade de detalhamento quanto às atribuições destes,

**RESOLVE** regulamentar a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**



**Art. 1º** Esta Resolução regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai para organizar os órgãos internos e suas competências e atribuições.

**Art. 2º** O disposto nesta Resolução abrange todos os órgãos do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai.

**Art. 3º** Com base no Estatuto do Consórcio e na sua organização interna, por meio desta Resolução, criam-se os órgãos auxiliares ao procedimento licitatório, como departamentos e coordenadorias.

## **CAPÍTULO II**

### **DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONSÓRCIO**

**Art. 4º** Com base no Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, fica a Diretoria Executiva, vinculada ao Conselho de Administração do Consórcio, incumbida da condução do processo licitatório, bem como de auxiliar os Municípios consorciados na contratação de bens e serviços.

**§1º** Fica facultada a contratação de novos servidores conforme a necessidade da Diretoria Executiva para apoio ao processo licitatório, cabendo a eles, dentre outros:

- I** – A elaboração da pesquisa de preços segundo a normativa feita por este Consórcio;
- II** – A elaboração do termo de referência após o recebimento do estudo técnico preliminar (ETP) pelo demandante, quando for o caso;
- III** – Integrar equipe de apoio aos agentes de contratação nos termos do artigo 8.º da Lei 14.133 de 2021.

## **CAPÍTULO III**

### **DA POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

**Art. 5º** Fica a cargo do Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

- I** - Conduzir a sessão pública;



- II** - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III** - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV** - Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
- V** - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI** - Sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII** - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII** - Indicar o vencedor do certame;
- IX** - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X** - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI** - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

**§1º** A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

**§2º** Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

**§3º** O Agente de Contratação e a Comissão de Contratação contarão, sempre que considerarem necessário, com o suporte dos órgãos de assessoramento jurídico, de controle interno e setor de contabilidade para o desempenho das funções listadas acima.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**Art. 6º** O Consórcio poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

**Parágrafo único.** Na elaboração do Plano de Contratações Anual do Consórcio, observar-se-á como parâmetro normativo, no que couber, o disposto no Decreto Federal nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022.

## **CAPÍTULO V**



## DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Art. 7º** No âmbito do Consórcio, a obrigação de elaborar Estudo Técnico Preliminar cabe a cada Município consorciado interessado na contratação, ressalvado o disposto no art. 8º.

**Art. 8º** No âmbito do Consórcio, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será opcional nos seguintes casos:

**I** - Contratação de obras, serviços, compras e locações, cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, independentemente da forma de contratação;

**II** - Dispensas de licitação previstas nos incisos VII, VIII, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**III** - Contratação de remanescente nos termos dos §§ 2º a 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**IV** - Quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de Termo Aditivo ou Apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a serviços contínuos.

## CAPÍTULO VI

### DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Art. 9º** É permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia.

**Parágrafo único.** Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, naquilo que não for contrário a esta Resolução, o previsto na Resolução nº 09/2023, de 23 de março de 2023, deste Consórcio.

**Art. 10** As licitações do Consórcio processadas pelo sistema de registro de preços poderão ser adotadas nas modalidades de licitação Pregão ou Concorrência.

**§1º** No âmbito do Consórcio, na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

**§2º** O edital deverá informar o quantitativo mínimo previsto para cada contrato oriundo da ata de registro de preços, com vistas a reduzir o grau de incerteza do licitante na elaboração da sua proposta, sem que isso represente ou assegure ao fornecedor direito subjetivo à contratação.



**Art. 11** Nos casos de licitação para registro de preços, o Agente de Contratação responsável deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de intenção de registro de preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que os Municípios consorciados registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

**§1º** O procedimento previsto no *caput* poderá ser dispensado mediante justificativa.

**§2º** Ultrapassado o prazo deferido aos Municípios consorciados para o registro de interesse, cabe ao Agente de Contratação responsável analisar o pedido de participação e decidir, motivadamente, se aceitará ou recusará o pedido de participação.

**§3º** Na hipótese de inclusão, na licitação, dos quantitativos indicados pelos participantes na fase da IRP, o edital deverá ser ajustado de acordo com o quantitativo total a ser licitado.

**Art. 12** A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

**Parágrafo único.** A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrentes, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **CAPÍTULO VII DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 13** O credenciamento poderá ser utilizado quando o Consórcio pretender formar uma rede de prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, para si e para os Municípios consorciados, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer uma das empresas credenciadas.

**§1º** O credenciamento será divulgado por meio de edital de chamamento público, que deverá conter as condições gerais para o ingresso de qualquer prestador interessado em integrar a lista de credenciados, desde que preenchidos os requisitos definidos no instrumento convocatório.

**§2º** A administração fixará o preço a ser pago ao credenciado, bem como as respectivas condições de reajustamento.

**§3º** A escolha do credenciado poderá ser feita por terceiros sempre que estes forem os beneficiários diretos do serviço.

**§4º** Quando a escolha do prestador for feita pelo Consórcio ou pelos Municípios consorciados, o instrumento convocatório deverá fixar a maneira pela qual será feita a distribuição dos serviços, desde que tais critérios sejam aplicados de forma objetiva e impessoal.



**§5º** O prazo mínimo para recebimento de documentação dos interessados não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

**§6º** Em havendo conveniência na manutenção, o prazo para credenciamento deverá ser reaberto, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses, para ingresso de novos interessados.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR**

**Art. 14** O licitante ou o contratado poderão ser responsabilizados administrativamente em razão do cometimento das seguintes infrações:

- I** - Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços ou do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços ou do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato, ou não entregar a documentação exigida para tanto, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art.5º da lei 12.846 de 2013.

**Art. 15** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I** - Advertência;
- II** - Multa;
- III** - Impedimento de licitar e contratar;



**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**§1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

**I** - A natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** - As peculiaridades do caso concreto;

**III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

## **SEÇÃO I DAS PENALIDADES APLICÁVEIS**

**Art. 16** As sanções previstas no art. 15 desta Resolução, cuja competência pela aplicação será da alçada do Agente de Contratações para as penas descritas nos incisos I e II, e da Diretoria Executiva para as penas descritas nos incisos III e IV, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas nesta Seção, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório, na ata de registro de preços ou no contrato, quando a licitante ou a contratada.

**Parágrafo único.** De acordo com cada infração, serão aplicadas as seguintes penalidades mínimas:

**I** - Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços ou do contrato: Penalidade de advertência; cumulada com multa de até 10% (dez por cento) do valor da parcela não executada;

**II** - Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços ou do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados pelo período de 36 (trinta e seis) meses; cumulada com multa de até 20% (vinte por cento) do valor da parcela não executada;

**III** - Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços ou do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; cumulada com multa de até 20% (vinte por cento) do valor da ata ou do contrato não executado;

**IV** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados pelo período de 30 (trinta) dias, cumulada com multa de até 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada;

**V** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias; cumulada com multa de até 10% (dez por cento) do valor da proposta não mantida;

**VI** - não celebrar a ata de registro de preços ou o contrato, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com



os Municípios consorciados pelo período de 120 (cento e vinte) dias; cumulada com multa de até 10% (dez por cento) do valor da proposta;

**VII** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados pelo período de 60 (sessenta) dias; cumulada com multa de até 10% (dez por cento) do valor da requisição, incidente exclusivamente sobre a parcela inadimplida.

**VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados, até a reabilitação, nos termos do art. 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; cumulada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada;

**IX** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados, até a reabilitação, nos termos do art. 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; cumulada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada;

**X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados, até a reabilitação, nos termos do art. 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; cumulada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada;

**XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados, até a reabilitação, nos termos do art. 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; cumulada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada;

**XII** - Praticar ato lesivo previsto no art.5º da lei 12.846 de 2013: Penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Consórcio e com os Municípios consorciados, até a reabilitação, nos termos do art. 163, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; cumulada com multa de 20% (vinte por cento) do valor da proposta apresentada.

## **SEÇÃO II**

### **DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES**

**Art. 17** As penas previstas nos incisos II a VII do *caput* do art. 16 desta Resolução serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, em decorrência das seguintes situações:

**I** - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte do Consórcio ou de Município consorciado em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai;

**II** - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;





**III** - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

**IV** - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

**V** - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai ou a qualquer dos Municípios consorciados.

**Parágrafo único.** As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 14 desta Resolução, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

**Art. 18** As penas previstas nos incisos II a VII do *caput* do art. 16 desta Resolução serão reduzidas pela metade, uma única vez, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, e desde que não tenha incidido qualquer agravante do art. 17 desta Resolução, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

**I** - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte do Consórcio ou de qualquer dos Municípios consorciados em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai;

**II** - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

**III** - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

**IV** - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

**Parágrafo único.** As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 14 desta Resolução, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

**Art. 19** A penalidade prevista no inciso IV do *caput* do art. 14 desta Resolução será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Consórcio e a qualquer dos Municípios consorciados, e sejam observados, cumulativamente:

**I** - a ausência de dolo na conduta;

**II** - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

**III** - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

**IV** - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte do Consórcio ou de qualquer dos Municípios consorciados em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai.

### SEÇÃO III



## DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO

**Art. 20** Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se ao processado o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 21** É dever de todo Município consorciado comunicar ao Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai a ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 14 desta Resolução

§ 1º - Além do dever de comunicação de que trata o *caput* deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

§ 2º - Diante da avaliação das circunstâncias do caso concreto, os Municípios consorciados poderão justificar à Diretoria Executiva o afastamento do dever de comunicação de que trata o *caput* deste artigo, quando entenderem justificada a prática de alguma conduta prevista no art. 14 desta Resolução ou caso estejam presentes as circunstâncias previstas no art. 18, sem prejuízo de eventual reavaliação da pertinência da instauração do processo sancionatório por parte da autoridade competente.

**Art. 22** A partir da comunicação de que trata o *caput* do art. 21, cumpre ao Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

**Parágrafo único** - Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos, III e IV do *caput* do art. 15 desta Resolução, o processo administrativo sancionatório deverá ser encaminhado à Comissão de Apuração de Infrações às Licitações, Atas de Registros de Preços e Contratos Administrativos, composta por três servidores dos Municípios consorciados, nomeados por Portaria do Presidente do Consórcio, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 23** Após exauridos os recursos administrativos cabíveis, caberá ao Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 24** Na instrução dos processos administrativos sancionatórios, o Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai deverá observar as formalidades e os prazos previstos nesta Resolução, nos regulamentos internos do Consórcio, na Lei nº 14.133, de



2021, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

#### **SEÇÃO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS SOBRE AS PENALIDADES**

**Art. 25** Aplicam-se aos processos administrativos instaurados com base nesta Resolução as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

**Art. 26** As penalidades de multa previstas nesta Resolução, no instrumento convocatório, na ata de registro de preços e/ou no instrumento contratual, para fins de aplicação do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, não poderão exceder 100 (cem) vezes o valor do salário-mínimo nacional vigente.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses constantes dos incisos III, VII, VIII e IX do art. 14 da desta Resolução.

#### **CAPÍTULO IX**

### **VIGÊNCIA**

**Art. 27** Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de abril de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Erechim/RS, 23 de março de 2023.

**CARLOS ALBERTO BORDIN**  
Presidente CIRAU